



ATA N.º 3/2018

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2018
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE ABRIL DE 2018

-----No dia 30 de abril de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditoria externa (Certificação Legal e Parecer) das contas individuais e consolidadas da Câmara Municipal de Lagos, reportada aos exercícios económicos de 2018 a 2021;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de designação de Fiscal Único para as Empresas Municipais - Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E. M., S. A. e Futurlagos - Empresa Local para o Desenvolvimento, E. M., S. A. (em liquidação);*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2017 do Município de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de aditamento aos acordos de execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 49 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	Álvaro Alberto de Castro
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro	Sessão	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO, E À TOMADA DE POSSE, O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
LCF	Álvaro Alberto de Castro

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pela seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	REUNIÃO
LCF	Álvaro Alberto de Castro	30/04/2018

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente

-----**ATA DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 7/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de junho de 2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 25/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 7/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de junho de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PAN	Margarida Maurício Correia
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza

-----Ata n.º 8/2016 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de julho de 2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 26/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 8/2016 da 3.ª Reunião da Sessão



Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de julho de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PAN	Margarida Maurício Correia
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza

-----Ata n.º 1/2018 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de fevereiro de 2018.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 27/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 1/2018 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de fevereiro de 2018.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta apresentação, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	20.53

-----Ata n.º 2/2018 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018, da



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de fevereiro de 2018.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 28/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 2/2018 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de fevereiro de 2018.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

-----O Sr. Munícipe José Lourenço fez a seguinte intervenção: “Obtive como resposta da Câmara Municipal de Lagos, através da Comissão de Vistorias, que as minhas perguntas, ultrapassam o âmbito das suas competências. As perguntas são sobre a degradação das condições de habitabilidade e insalubridade da minha habitação. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, a Sra. ou alguém com essas competências vai ter que me responder por escrito: - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo – Artigo 36.º - Ponto 1 - A competência é definida por lei ou por regulamento e é irrenunciável e inalienável. Artigo 37.º - Fixação da competência – Ponto 1 - A competência fixa-se no momento em que se inicia o procedimento, sendo irrelevantes as modificações de facto que ocorram posteriormente. Ponto 3 - Quando o órgão competente passar a ser outro, deve o processo ser-lhe remetido oficiosamente. Artigo 40.º - Controlo da competência - Ponto 2 - A incompetência deve ser suscitada oficiosamente pelo órgão e pode ser arguida pelos interessados. Artigo 41.º - Apresentação de requerimento a órgão incompetente – Ponto 1 - Quando seja apresentado requerimento, petição, reclamação ou recurso a órgão incompetente, o documento recebido é enviado oficiosamente ao órgão titular da competência, disso se notificando o particular. Ponto 2 - Nos casos previstos nos números anteriores, vale a data da apresentação inicial do requerimento para efeitos da sua tempestividade. Artigo 59.º - Dever de celeridade. Artigo 109.º - Questões que prejudiquem o desenvolvimento normal do procedimento – Alínea a) do Ponto 1 - Incompetência do órgão administrativo. Ponto 2 - Quando o requerimento haja sido apresentado a órgão incompetente. Fiz perguntas concretas e específicas e quero obter respostas concretas, específicas e verdadeiras sobre o grau de insalubridade e riscos para a minha saúde ao viver neste momento, na minha habitação. A Comissão de Vistorias na Informação do Ponto 2 diz textualmente: “face à exposição colocada, verifica-se que as questões elencadas na mesma foram plenamente respondidas através da Informação n.º 24 891, de 30/11/2017 (de Mónica Franco) elaborada por esta



Comissão, cuja cópia se anexa.” Esta Informação diz no Ponto 2 - “Face à exposição elaborada pelo Sr. José Lourenço, julga-se essencial esclarecer este ilustre Órgão, as competências desta Comissão, as quais se encontram descritas nos n.º 2 e n.º 3 do Artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12).” Artigo 89.º - Dever de conservação – Ponto 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade. Mas também diz no Artigo 89-A do mesmo Decreto (RJUE) Ponto 1 - O proprietário não pode, dolosamente, provocar ou agravar uma situação de falta de segurança ou de salubridade, provocar a deterioração do edifício ou prejudicar o seu arranjo estético. Ponto 3 - A proibição constante do n.º 1 é aplicável, além do proprietário, a qualquer pessoa singular ou coletiva. (muito interessante este Ponto 3 do Artigo 89-A. Ainda voltando à Informação esclarecedora n.º 24 891 no seu Ponto 5 diz - “Acresce ainda esclarecer a Assembleia Municipal que o Sr. José Lourenço, solicitou no âmbito da vistoria, respostas a diversos quesitos que extravasam o âmbito desta vistoria ... razão pela qual a Comissão reiterou no seu auto o que os Serviços Municipais já tinham afirmado no âmbito da reclamação apresentada relativa à questão do muro.” Não percebi, confesso! “razão pela qual”? Será esta a prática comum dentro da Câmara Municipal de Lagos, que todos têm que afinar pelo mesmo diapasão, incluindo quando extravasa o domínio das suas competências, apenas e só para se alinharem com outros Serviços camarários? Se assim for, é esclarecedor e explica a atual situação aqui presente. Foi emitida em 1989 a licença de habitação à minha habitação e em 22-11-2011 (passados 22 anos) a Câmara Municipal de Lagos forneceu a seguinte Informação da Divisão de Fiscalização n.º 1 553 - “Decorreu um atendimento onde a reclamante, Sra. Cármen Ferreira, solicitando apoio da Câmara Municipal de Lagos no sentido de verificar a legalidade dos vãos. Sobre esse assunto não foi possível provar que os vãos (porta e janela) tenham sido executados após autorização de utilização. Sugerimos o diálogo de forma a manter a boa relação”. Acresce que o esposo da Sra. Cármen, o Sr. Ferreira, é funcionário camarário. (Daí o pedido de apoios?) Simples curiosidade. Para terminar, cito o Ponto 4 da Informação prestada a esta Assembleia: - “Quanto às restantes questões elencadas na ata da Assembleia Municipal, não compete a esta Comissão pronunciar-se sobre as mesmas, atendendo que não estão no âmbito das suas competências.”, mas reiterou no seu auto, que os Serviços Municipais já tinham afirmado no âmbito da reclamação dos muros (opina sem competências para tal?). Peço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Paulo Morgado, que requiera da Câmara Municipal de Lagos respostas de alguém que tenha competências, e que num âmbito alargado responda às simples e concretas questões sobre a insalubridade da minha habitação.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta apresentação, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO D MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.58

----- Seguidamente o Sr. Município Nautilio Lourenço, disse o seguinte: “Desde já agradeço o empenho desta Assembleia no assunto da Rua da Abrótea n. 32 e da Rua da Esperança n.º 3. Em relação ao vosso ofício de 17/01/2018: Quero esclarecer que em abril de 2015, entreguei a esta Assembleia cópia da memória descritiva do processo 151/71, em que se propõe ceder o quintal para benefício público. Também entreguei a esta Assembleia cópia da informação da Câmara Municipal, em que parece haver conveniência no deferimento da solução que se propões no presente projeto. Como houve um deferimento, o referido quintal integrou-se automaticamente no domínio municipal com emissão do alvará, ficando o referido quintal afeto ao alargamento do caminho. Também entreguei a esta Assembleia cópia do aditamento à informação datada de 5 de novembro de 1984, que confirma que a cedência foi gratuita, o referido mereceu despacho do Sr. Vereador para a execução das obras. No referido quintal foi construída uma garagem, a minha vizinha alega, que a Câmara cedeu materiais na execução da mesma. Como a cedência em apreço foi gratuita, não existe qualquer direito a compensações. O referido quintal mantém-se no domínio municipal, pois nunca passou para o domínio privado da Câmara, já que tal ato tem de passar por esta Assembleia. Face ao exposto parece-me que esta Assembleia, deve rever a sua posição, pois sou completamente alheio ao assunto do vosso ofício. Esta Assembleia também tem conhecimento, que a Câmara Municipal autorizou a minha vizinha a construir um muro debaixo da minha casa com a finalidade de tapar a minha porta. Para melhor entendimento, entrego cópia da fotografia da Comissão permanente desta Assembleia e da Sra. Coordenadora da unidade técnica de obras particulares, que realizaram uma visita ao referido local, em 17/06/2017, na referida fotografia é visível o referido muro. No referido local foi confirmado, que o referido muro está construído debaixo da minha casa. Peço ao Sr. presidente que permita que os membros da referida Comissão Permanente, aqui presentes possam intervir a fim de defenderem a sua honra, já que esta Assembleia quer passar a ideia de que não foi informada de tal facto.”-----

-----A Sra. Município Filomena Carmo fez a seguinte intervenção: “Exmo. Senhor, Presidente da Assembleia Municipal de Lagos, Dr. Paulo Morgado. Pedimos a leitura atenta da seguinte carta, a qual teve os seguintes destinatários:- CCDR Algarve; - APA-ARH Algarve; - ICNF (DCNF-Algarve); - DRAPALG; - Câmara Municipal de Lagos; - União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João; - Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João; - Associação Vicentina. Posição da Associação TERRA SAUDÁVEL sobre o projeto de expansão da plantação de abacateiros em Barão de São João, Lagos, Algarve. Somos cidadãos residentes em Barão de São João preocupados com o



projeto de expansão da plantação da monocultura de abacateiros da empresa CITAGO. Quando em 2014 surgiu uma plantação de abacateiros de 76 hectares com 21 000 árvores fruteiras (considerada a maior da Europa), ficámos surpreendidos pela grande dimensão do projeto que implicou a destruição de sobreiros, alfarrobeiras, figueiras, amendoeiras, oliveiras e pinheiros. E agora estamos muito preocupados com os impactos ambientais e sanitários da atual plantação e com o projeto de expansão em mais 50 ha. Gostaríamos muito de ter na região projetos agrícolas que pudessem produzir alimentos de qualidade, criar oportunidades de trabalho, reduzir o êxodo rural e dinamizar a economia local, mas este empreendimento, que recebeu avultados subsídios comunitários, não criou postos de trabalho localmente, não vai colocar os produtos no mercado português e prejudica o ambiente e a saúde das pessoas. 1. Preocupação em relação aos recursos hídricos. Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) confirmaram que Portugal já está e estará cada vez mais afetado pelas secas e pela escassez de água, o que poderá provocar uma relativa desertificação da Península Ibérica. Para preservar a água, um bem extremamente valioso e essencial à vida, pensamos que é muito importante respeitar as melhores práticas no domínio da sua gestão sustentável. Estamos por isso preocupados com a evolução futura da quantidade e qualidade das reservas hídricas subterrâneas da zona de Barão de São João onde vivemos. Embora o aquífero de Almádena-Odiáxere (zona de Barão de São João) esteja por enquanto considerado sem risco segundo a ARH-Algarve, estamos preocupados pela evolução futura dessa reserva hídrica subterrânea estratégica, considerando os usos cumulativos dos numerosos furos particulares, da rega do campo de golfe de Espiche, da rega da atual plantação de abacateiros de 76ha e da rega do seu projeto de expansão de 50ha. Num contexto de “desertificação” devido às consequências das mudanças climáticas, pensamos que se deveria gerir a água com muita cautela e avaliar bem se será sensato autorizar a expansão da plantação de abacateiros da CITAGO. Sabemos que esta empresa utiliza um sistema moderno que permite o seguimento minuto a minuto de vários parâmetros agroclimáticos (como a temperatura do ar, do solo e a umidade percentual) otimizando em teoria o consumo de água. Mesmo assim, a empresa CITAGO diz que utiliza um mínimo de 6 litros de água por árvore por dia durante os períodos mais quentes do ano (julho-agosto), ou seja, 126 000 litros de água por dia. Referências técnicas indicam que os abacateiros precisam de 1000 a 1200 mm de água por ano e as precipitações anuais médias em Barão de São João flutuam entre 500 e 600 mm de água por ano. Estima-se então que as necessidades de rega da plantação de 76ha variam entre 300 milhões de litros e 530 milhões de litros de água por ano e com o projeto de extensão de 50ha essas necessidades de água poderão situar-se entre 500 milhões de litros de água por ano e 880 milhões de litros de água por ano. A extração de quantidades tão importantes de água do aquífero de Almádena-Odiáxere poderá agravar ao longo dos anos o stress hídrico da nossa região, sobretudo num contexto de redução das precipitações, de degradação dos solos e consequente fraca capacidade de recarga do aquífero. Também lamentamos o facto da plantação de abacateiros de 76ha ter sido realizada sem respeitar as linhas



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

de nível e o relevo da zona, o que irá provocar erosão hídrica e eólica entre as linhas de fruteiras e contribuirá para a degradação dos solos e redução das capacidades de infiltração e, conseqüentemente, da recarga do aquífero. Durante o verão de 2017 já houve casos de diminuição do caudal em vários furos de água em propriedades situadas na proximidade direta da plantação de abacateiros e estamos preocupados com o futuro dos furos dos quais dependemos para ter acesso à água de consumo. Pensamos então ser necessário criar um sistema independente de vigilância e seguimento da evolução das quantidades disponíveis de água no aquífero. Ainda no que concerne aos recursos hídricos, estamos também preocupados pelos riscos de contaminação progressiva do aquífero pelos produtos agroquímicos que estão e estarão a ser aplicados na plantação de abacateiros (herbicida, adubo químico NPK, inseticida, fungicida, nematicida, entre outros). Muitos estudos científicos (inclusive da Organização Mundial da Saúde – OMS) já demonstraram os riscos reais de contaminação de aquíferos localizados na proximidade de plantações intensivas de fruteiras em modo de produção convencional e também as conseqüências para as populações humanas que consomem essa água ou apenas respiram o ar contaminado (riscos de bioacumulação ao longo da vida de substâncias tóxicas que podem aumentar o risco de muitas doenças, nomeadamente alergias e mesmo cancro). Por isso achamos que seria necessário realizar com frequência análises independentes à qualidade da água do aquífero de Almádena-Odiáxere para poder detetar a eventual contaminação por produtos agroquímicos provenientes da plantação de abacateiros.

2. Preocupação em relação à biodiversidade local e à saúde das populações locais. Visto que a plantação de abacateiros da CITAGO não segue as normas de produção em agricultura biológica, estamos muito preocupados com as prováveis conseqüências do uso de agroquímicos sobre a biodiversidade local (insetos, abelhas, aves, pequenos mamíferos, répteis e anfíbios) e sobre a saúde humana da população local (devido à poluição do ar, da água e do solo). A criação da maior plantação de abacateiros da Europa provocou a destruição de 76ha de habitats naturais (pomar tradicional de sequeiro composto principalmente de sobreiros, amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras, oliveiras, etc.) que são um habitat vital para numerosas espécies de animais que constituem a biodiversidade local. Um inventário detalhado embora não exaustivo da biodiversidade local realizado em 2013 permitiu identificar 12 espécies de aranhas, 10 espécies de libélulas, 28 espécies de gafanhotos, 3 espécies de gafanhotos-pedra, 4 espécies de louva-a-deus, 15 espécies de abelhas e vespas, 3 espécies de formigas, 45 espécies de escaravelhos e percevejos, 41 espécies de borboletas, 8 espécies de anfíbios, 9 espécies de répteis, 22 espécies de orquídeas e dezenas de espécies de plantas autóctones (cf. Livro publicado “Beleza à nossa porta”, Teresa Renner, 2013). Para além da perda de habitat natural para esses animais devido à destruição das árvores e arbustos durante a instalação da plantação de abacateiros (o que deve ter tido um impacto substancial sobre o número de indivíduos), estamos preocupados com o risco de desaparecimento dessa biodiversidade local que já é e será diretamente afetada pelo uso de agroquímicos tóxicos que se acumulam no solo, na água e podem ser levadas no ar pelo vento. Sabemos que a resiliência de um ecossistema a qualquer mudança



exterior (como é o caso das alterações climáticas) depende em primeiro lugar da sua diversidade específica e genética e por isso achamos muito perigoso provocar a destruição dessa biodiversidade local sem avaliar as suas consequências a médio e longo prazo. Como já foi referido em relação à contaminação da água pelos agroquímicos, estamos muito preocupados pelas consequências do uso de produtos tóxicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas e nematicida) para a saúde da população humana devido à sua propagação pelo vento e pela chuva e também pela sua infiltração e acumulação nos solos e no aquífero. Muitas famílias vivem em casas construídas à volta da plantação de abacateiros e um jardim de infância (que acolhe 50 crianças todos os dias) está localizado no Monte Judeu, a menos de 2km na direção dos ventos dominantes. Estamos preocupados pelas eventuais consequências sobre a saúde dessa população humana que poderá ser exposta aos agrotóxicos nos dias de tratamento com herbicidas, inseticidas, fungicidas e nematicida sobretudo quando houver ventos fortes (muito comuns na região). Numerosos estudos científicos e recomendações da OMS já comprovaram as consequências negativas desses produtos químicos sobre a saúde humana e por isso achamos que deveriam ser tomadas medidas para evitar ou mesmo impedir o uso desses produtos, adotando os princípios da agricultura biológica por exemplo. 3. Preocupação em relação ao impacto ambiental. Segundo informações dadas pela CITAGO, toda a produção da plantação de abacateiros de 76ha terá como destino o mercado internacional, através da cooperativa agrícola TROPS com sede em Málaga, Espanha. Estamos por isso preocupados pelo balanço de carbono desse modelo de negócio, visto que os abacates terão que percorrer milhares de quilómetros em camiões antes de chegar ao mercado, implicando emissões consequentes de carbono, enquanto existem na proximidade vários centros urbanos e turísticos com uma procura potencial importante para o consumo de abacates (Lagos, Portimão, Albufeira e Faro). Achamos que esse modelo de negócio é contraditório com os princípios do desenvolvimento sustentável e com os compromissos de Portugal para atenuar as mudanças climáticas reduzindo de forma drástica as suas emissões de dióxido de carbono. Pensamos que seria muito mais vantajoso para o Algarve e para Portugal apostar no desenvolvimento da Agricultura Biológica, que é um sector em crescimento exponencial na Europa e a nível nacional. Seguindo os princípios da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017), achamos que o Governo deveria encorajar fortemente os promotores de projetos agrícolas a apostar neste modo de produção em vez da agricultura convencional que usa produtos agroquímicos com as suas consequências negativas sobre a água, o ar, os solos, a biodiversidade e a saúde humana. Salientamos, no entanto, que o Decreto-Lei n.º 35/2017 (que altera a regulação dos produtos fitofarmacêuticos no sentido de reforçar as medidas de restrição à sua utilização) já aconselha, como meios de controlo dos organismos nocivos das plantas, o controlo mecânico, biológico, biotécnico ou cultural. 4. Com base nestas preocupações, propomos que sejam realizadas as seguintes ações: 1 - Seguimento regular dos impactos ambientais e sanitários da plantação de 76ha: a) Seguir de forma independente a evolução das quantidades de água disponíveis no aquífero de



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Almádena-Odiáxere para evitar um esgotamento das reservas hídricas locais; b) Seguir de forma independente a evolução da qualidade da água do aquífero de Almádena-Odiáxere para detetar qualquer contaminação com produtos agrotóxicos ou derivados; c) Seguir de forma independente a evolução da biodiversidade local através da realização de inventários e contagens regulares à volta da plantação de abacateiros; d) Seguir de forma independente a evolução das condições de saúde da população residente na proximidade direta da plantação bem como das crianças que frequentam o jardim de infância situado no Monte Judeu. 2 - Reversão da plantação de 76ha em agricultura biológica: a) Pedir à empresa CITAGO que pondere a conversão em modo de produção biológico da sua plantação de abacateiros de 76ha de forma a atenuar os impactos ambientais e sanitários e também para poder ter acesso a mercados mais atrativos e remuneradores para escoar a sua produção a nível local e nacional.3 - Condicionamento do projeto de extensão da plantação em mais 50ha à realização de uma avaliação ambiental e social e ao princípio de precaução: a) Devido aos numerosos impactos negativos sobre o ambiente (água, ar, solo e biodiversidade) e sobre a saúde humana, achamos que o projeto de extensão da maior plantação de abacateiros da Europa deveria ser sujeito a uma avaliação de impacto ambiental e social; b) Realizar de forma independente uma avaliação ambiental e social do projeto de extensão da plantação em mais 50ha, oferecendo uma oportunidade de consulta pública à população local antes que as autoridades possam tomar uma decisão, respeitando o interesse da população e o princípio de precaução. 4 - Criação de um espaço formal de diálogo e de concertação entre as partes interessadas: Convidar todas as partes interessadas a participar numa mesa redonda com representantes das autoridades locais (Câmara Municipal de Lagos e União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João), empresa CITAGO, DRAPALG, associação TERRA SAUDÁVEL e especialistas em agricultura sustentável, de forma a dialogar de forma respeitosa e procurar soluções e consensos aceitáveis e no interesse de todos.”-----
-----Seguidamente o Sr. Município Arlindo Fernandes, referindo-se à recente intervenção realizada na Praia da D. Ana, por causa do perigo iminente da rocha do lado esquerdo, a qual suporta o Edifício Montana, poder derrocar, disse que esse perigo é mais real do que se pode imaginar. Disse que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que apesar de ninguém votar para a mesma, tem influência na gestão do território, aprovou a construção de um apoio de praia, com 90m², no areal da Praia da D. Ana. Considerando esta situação como impensável, congratulou-se com a não concordância, por parte da Câmara Municipal, relativamente a esta pretensão. Como um dos donos da empresa que é proprietária de um terreno entre a Praia da D. Ana e a Praia do Camilo, perguntou se os empresários locais não deviam ser respeitados da mesma forma como são aqueles que não pagam os seus impostos no Município de Lagos, apesar de serem grandes empresários nacionais. Referiu que um grande empresário, em tempos, chegou a Lagos, comprou diversos equipamentos hoteleiros, fechou-os, despediu os respetivos funcionários, deixou os equipamentos abandonados e era sempre bem-recebido. Referiu que o que estava sujeito a acontecer, era a empresa proprietária deste terreno, vender o mesmo a um



Fl. 33

grupo estrangeiro e depois a mesma, com um grande grupo de advogados, pressionar a Câmara Municipal para desenvolver um outro tipo de trabalho, uma vez que na propriedade em causa existem três ruínas que a atual empresa proprietária quer reconstruir, mas que se vê impedida de tal, uma vez que a Câmara Municipal não dá qualquer tipo de resposta a esta pretensão da empresa há cerca de 14 meses, data em que a empresa submeteu um projeto para o efeito à Câmara Municipal. Referiu que 7 460m² da estrada de acesso à Praia da D. Ana, integram o terreno pertencente à empresa da qual faz parte, sendo que já por várias vezes foi pedido à Câmara Municipal que regularizasse esta situação, dado que a empresa paga IMI desta parcela de terreno que não devia pertencer ao terreno em causa. Perguntou se o conceito do Hotel Golfinho era de hotel, ou de time-sharing. Tendo chamado à atenção para o facto de o conceito de time-sharing nunca ter funcionado. Referiu ainda que o Restaurante Camilo está implantado no terreno cuja a propriedade é da empresa da qual faz parte e que apesar de ter sido aprovada essa construção pela APA, a Câmara Municipal licenciou, pelo que não se pode aliar da situação.-----

-----A Sra. Munícipe Dina Salvador começou por se mostrar indignada com a tomada de conhecimento relativamente à construção de um apoio de praia no areal da Praia da D. Ana. Disse que já tinha estado no local a verificar medidas e tinha constatado que não existe qualquer hipótese de construir o referido apoio sem que o mesmo não seja atingido pela água do mar, o que equivale a dizer que o mesmo ia ser constantemente fustigado pelo mar. Referiu que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, mais concretamente o Dr. Sebastião Teixeira, que é o rosto da APA, está farta de criar situações prejudiciais para o Concelho de Lagos. Disse saber que a Sra. Presidente da Câmara Municipal, estava contra esta situação, e muito bem, pelo que se disponibilizou para lutar contra esta construção. Referiu que a APA se deveria preocupar com o acesso à Praia da D. Ana, o qual se encontra num estado lastimável.-----

-----Seguidamente o Sr. Munícipe Carl Zimmerling disse o seguinte: “Boa noite a todos aqui presentes na sala, o meu nome é Carl Zimmerling e sou também membro do grupo TERRA SAUDÁVEL que está agora no processo de se transformar em associação. Participámos no passado sábado no seminário sobre o futuro da Ponta da Piedade. Lá, várias pessoas que fizeram intervenções, sublinharam a importância de envolver a população no processo político. O encontro de sábado, bem como o workshop sobre as alterações climáticas, foram eventos neste sentido. Já há muito tempo que, na reunião da CML, o grupo TERRA SAUDÁVEL pediu à Sra. Presidente Dra. Joaquina Matos para organizar uma mesa redonda sobre o projeto gigantesco da monocultura de abacateiros da empresa CITAGO perto de Barão São João. Se bem me lembro, a Sra. Presidente prometeu fazer isso. E seria da maneira como foi feito no sábado: vários especialistas explicam os seus pontos de vista e em conjunto buscamos uma solução. E há sempre compromissos a fazer. Acho inconcebível que uma empresa privada de 2 pessoas, neste caso a CITAGO, esteja a danificar os interesses e a vida de um coletivo, nele incluído a natureza, o ambiente e os recursos de que somos todos dependentes. A Freguesia de Bensafrim/Barão de São João tem um grande potencial alternativo.



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Nos anos 80/90 esta região foi considerada o território português com maior concentração de agricultura biológica: o Niels, o Jean Pierre e o Sr. Lopes com o bem conhecido vinho Mata Porcas. E mesmo hoje em dia há várias quintas que cultivam sementes biológicas. Há um restaurante e em breve haverá uma padaria com produtos feitos de sementes de cultura biológica própria. Na antiga escola primária vai ser instalado um anexo do Jardim Infância Viva de pedagogia Waldorf cujo projeto foi sempre apoiado pela CML. É muito importante promover estas alternativas. É importante continuar nesta direção, nesta tradição do concelho. Temos que tomar uma decisão para a vida e não só para o lucro comercial.”-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 71/2018 a 140/2018, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 30/2018 a 109/2018, inclusive.-----

-----INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pela Mesa: “Faleceu no passado dia 19 de abril, o Professor e Investigador, João Veloso. João José Velho Geraldo de Albuquerque Veloso, nasceu em Lagos a 30 de maio de 1929, tendo vivido e exercido a maior parte da sua atividade profissional, política e cívica, em Lagos. Homem de muitos e variados interesses, formou-se em Biologia, estudou História na Universidade Aberta e fez um curso de Arqueologia na Universidade do Algarve. Foi Professor contratado na Escola Industrial Vitorino Damásio, Professor estagiário na António Aleixo em Portimão e Professor efetivo de Biologia na Escola Secundária Gil Eanes, em Lagos. A vontade em continuar a investigar, a aprender sempre mais e a partilhar o seu conhecimento levou-o a estender a sua atividade docente a outras faixas etárias, lecionando no Centro de Estudos de Lagos (vulgo “Universidade Sénior”) desde a sua fundação. Grande amante da história dos Descobrimentos, da história Marítima e Pesqueira e da história Local, desenvolveu pesquisa nestas áreas, apresentando o resultado da mesma em comunicações proferidas em conferências e reuniões, designadamente na Universidade de Casablanca (Marrocos) e nas várias edições do Congresso do Algarve, e em obras editadas. O gosto pelo conhecimento e pela literatura ficou-lhe também conhecido pela livraria de que foi proprietário durante vários anos na cidade de Lagos, onde atendia de forma personalizada, aconselhando e dando sugestões de leitura aos seus fiéis clientes. Mas o seu percurso de vida foi muito para além da vertente educativa e cultural. Ocupou cargos públicos e políticos, nomeadamente de Membro da Assembleia Municipal de Lagos e de Vereador da Câmara Municipal de Lagos, entre outros, tendo ainda tido um papel ativo no associativismo desportivo e cultural, defendendo causas sociais e



humanitárias, sem nunca descurar o seu papel na família. Foi pelo Município de Lagos condecorado, em outubro de 2015, com a Medalha de Mérito Municipal - Grau Prata. A sua alegria, frontalidade, capacidade de comunicação e atividade foram, porventura, os ingredientes que marcaram a sua existência, a qual não deixará indiferente a comunidade onde sempre viveu e os que mais de perto com este ilustre Lacobrigense conviveram. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de abril, delibera: 1 - Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de João José Velho Geraldo de Albuquerque Veloso, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 - Expressar as suas sentidas condolências à família de João Veloso. 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que o nome João José Velho Geraldo de Albuquerque Veloso, passe a constar na toponímia municipal.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2018**

-----Aprovada, por unanimidade, o Voto de Pesar, apresentada pela Mesa.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. Carlos Silva e Sousa.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. Para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, Portugal necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações, na superação de enormes carências, na resolução dos seus problemas. As comemorações da Revolução de Abril são um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa



Fl. 34v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 30 de abril de 2018, delibere: 1 - Saudar o 25 de Abril, o MFA e todos os que contribuíram com a sua ação para a chegada do Dia da Liberdade; Saudar a luta dos cidadãos em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português; 3 - Saudar os autarcas, os trabalhadores, o movimento associativo e toda a população, que se associaram às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações; 4 - Dar conhecimento desta saudação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) anunciou o voto contra do PSD no documento apresentado pela CDU, não por estar contra o 25 de Abril, mas porque a CDU escusava de dizer que exige uma “rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português”, uma vez que o Grupo Municipal do PSD considera que as políticas seguidas pelo PSD também servem Portugal e o povo português.----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS era a favor da Moção da CDU, no entanto votaria contra a mesma no caso de se manter o Ponto 2 da mesma, o qual tinha acabado de ser referenciado pelo anterior orador. Para a hipótese do Grupo Municipal da CDU não retirar o Ponto 2 da Saudação, propôs a votação do documento Ponto a Ponto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que nada tinha a opor em relação à proposta de ser votada a Saudação Ponto a Ponto.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificando que a discórdia relativamente ao documento apresentado estava no Ponto 2 da Saudação, colocou à votação o Ponto 2 da Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	-	2	1	0	3
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	15	2	2	-	0	0	0	19

----- Assim, foi o Ponto 2 da Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, reprovado, por maioria.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Saudação, sem o Ponto 2.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Saudação: “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular,



transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. Para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, Portugal necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações, na superação de enormes carências, na resolução dos seus problemas. As comemorações da Revolução de Abril são um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 30 de abril de 2018, delibere: 1 - Saudar o 25 de Abril, o MFA e todos os que contribuíram com a sua ação para a chegada do Dia da Liberdade; 2 - Saudar os autarcas, os trabalhadores, o movimento associativo e toda a população, que se associaram às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações; 3 - Dar conhecimento desta saudação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Foi aprovado na Assembleia da República, no dia 29 de março de 2018, o Projeto de Resolução n.º 1344/XIII/3.ª, proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, passando a Resolução da Assembleia da República, recomendando ao Governo a execução das seguintes melhorias na Linha Ferroviária do Algarve: 1 - Conclua o processo de eletrificação da Linha do Algarve nos troços Lagos-Tunes e Faro-Vila Real de Santo António nos prazos inicialmente previstos; 2 - Inclua no projeto de modernização da Linha do Algarve uma ligação ferroviária direta ao Aeroporto de Faro; 3 - Equacione a possibilidade de criação de uma ligação ferroviária direta entre o Algarve e a Andaluzia; 4 - Proceda à aquisição



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

de material circulante de tração elétrica para a Linha do Algarve e à reconversão das oficinas da EMEF de Vila Real de Santo António para a manutenção e reparação desse novo material circulante; 5 - Proceda à contratação de pessoal operacional para a Linha do Algarve, designadamente maquinistas, operadores de revisão e venda, e assistentes comerciais; 6 - Melhore a qualidade do material circulante atualmente ao serviço na Linha do Algarve, proporcionando maior conforto aos utentes; 7 - Realize obras de reabilitação e beneficiação das estações e apeadeiros da Linha do Algarve, e crie novos apeadeiros onde a procura o justifique; 8 - Melhore a articulação do transporte ferroviário regional com os transportes rodoviários, especialmente nas estações e apeadeiros mais distantes dos centros urbanos; 9 - Crie ligações ferroviárias diretas entre Lagos e Vila Real de Santo António; 10 - Reative a Estação de S. Marcos da Serra, na Linha do Sul, garantindo, pelo menos, a paragem de dois comboios por dia, em cada sentido, para embarque e desembarque de passageiros A concretização destas medidas constantes da Resolução da Assembleia da República, contribuirá, de forma inegável, para a melhoria do serviço prestado aos utentes, tornando o transporte ferroviário no Algarve mais atrativo para residentes e visitantes da região, com impacto muito positivo na mobilidade das populações e com enormes benefícios para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável ao nível local e regional. Perante estes factos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 30 de abril de 2018, delibere: 1 - Congratular-se pela aprovação na Assembleia da República da Resolução, para melhorias na Linha Ferroviária do Algarve; 2 - Recomendar ao Governo que considere a urgência da execução das medidas propostas para melhoria da Linha Ferroviária do Algarve, indispensáveis para o bem estar das populações e visitantes e o equilibrado desenvolvimento da economia em geral e nomeadamente do sector do turismo. 3 - Dar conhecimento desta deliberação à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS estava de acordo com o documento apresentado, uma vez que a mesma espelhava as medidas que o Governo tem previstas implementar.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A preservação do património cultural abrange todas as expressões e manifestações artísticas, entre as quais ocupam lugar muito particular e de grande reflexo e significado na opinião pública, os que se expressam na música, nas letras, nas ciências, na investigação e no canto. No Concelho e na cidade de Lagos, ao longo dos anos têm-se revelado talentos de nível nacional e internacional, pelo que é da responsabilidade da comunidade em geral e dos Órgãos Autárquicos em particular, contribuírem para a recolha, conhecimento, preservação e divulgação deste património comum, nomeadamente de personalidades já falecidas e que doutra maneira cai no esquecimento,



empobrecendo a vida de hoje. Uma indispensável vertente desta responsabilidade, reside no dar a conhecer hoje e legar aos vindouros, a obra gravada e impressa destes lacobrigenses. Neste sentido, é de inteira justiça a organização pela Câmara Municipal de um ciclo dedicado às obras desses lacobrigenses, através da sua recolha, preservação e divulgação junto da população local e de quem nos visita. Citamos, desde já, nomes de lacobrigenses que poderão integrar a referida recolha: - Anatólio dos Reis Falé; - António Joaquim Júdice Cabral; - António Sabino Simões Netto; - Arminda Nunes Correia; - Bartolomeu Salazar Moscoso; - Fausto Nunes Landeiro; - Francisco Pacheco de Carvalho Costa; - João Bonança; - Joaquim Marques Reis; - José Carlos Bravo Vasques; - José César Conde Barroso; - José dos Santos Pimenta Formosinho; - Júlia Barroso; Júlio Dantas; - Manuel Nataniel de Carvalho Costa; - Raul Frederico Rato. Para dar início a este ciclo, surge, inevitavelmente, o nome da cantora lírica Arminda Nunes Correia, nascida em Lagos em 1903 e que levou a sua arte e a cultura portuguesa aos maiores palcos do País e da Europa e a quem Lagos já prestou uma primeira homenagem assinalando a casa onde nasceu e atribuindo o seu nome a uma avenida na cidade. Face a estas considerações, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 30 de abril de 2018, delibere: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1 - Organize a recolha das obras dos lacobrigenses que se destacaram no País e no estrangeiro nas áreas da música, das letras, das ciências, da investigação e do canto; 2 - Organize um plano para progressiva reedição, em suporte atualizado, das obras esgotadas ou não editadas; 3 - Reserve na Biblioteca Municipal um espaço dedicado às obras dos lacobrigenses que se destacaram com obras na música, letras, ciência, investigação e canto. - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) apresentou a Recomendação.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) perguntou se a Recomendação apresentada apenas é dirigida às personalidades constantes nas biografias que acompanhavam o documento ou se seria alargada a mais lacobrigenses.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que existem, com certeza outros ilustres lacobrigenses que podem ser incluídos na Recomendação da CDU. Perguntou se a mesma seria só dirigida a lacobrigenses já falecidos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que o recomendado é dirigido a lacobrigenses já falecidos e as biografias anexas ao documento apresentado, são a título de exemplo, uma vez que há a consciência de que existem mais.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) propôs que fosse constituída uma Comissão que fizesse um levantamento de todos os contributos patrimoniais dados por entidades lacobrigenses, para que ninguém ficasse esquecido e a seu tempo fosse aprovada uma lista definitiva de ilustres figuras que contribuíram para o bom nome de Lagos, pelo que colocou a hipótese da retirada da Recomendação para melhor análise da mesma.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), para esclarecer algumas dúvidas que verificava estarem a ser levantadas, referiu que a Recomendação dizia “Citamos,



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

desde já, nomes de lacobrigenses que poderão integrar a referida recolha”, pelo que a Recomendação apresentada não é um documento fechado.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou se a lista apresentada são de pessoas todas já falecidas e se a mesma não estava fechada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Câmara Municipal, com os meios que dispõe, tem mais possibilidade de fazer um levantamento mais exaustivo de ilustres lacobrigenses já falecidos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) sobrescreveu as palavras do Sr. Presidente da Mesa.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS ia votar a favor da Recomendação e lembrou que a Câmara Municipal, ao longo dos anos, tem dado destaques a ilustres lacobrigenses.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 32/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Recentemente, vieram a público notícias sobre a possibilidade de a sondagem de pesquisa de hidrocarbonetos e gás ao largo de Aljezur poder ser realizada em 2018, embora não se conheçam as necessárias avaliações de impacto ambiental ou de impacto nas atividades económicas, nomeadamente no turismo. Torna-se assim indispensável que as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos devem ser suspensas, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações do impacto ambiental e nas atividades económicas. Assim, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução que foi aprovado em 21 de dezembro de 2017, e transformado na Resolução da Assembleia da República n.º 30/2018 publicada no Diário da República em 1 de fevereiro de 2018, em que a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomenda ao Governo que suspenda as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos no deep-offshore da bacia do Alentejo, ao largo de Aljezur, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações de impacto ambiental e de impacto noutras atividades económicas. Considerando o atrás exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 30 de Abril de 2018 delibere: 1 - Congratular-se pela aprovação na Assembleia da República da Resolução n.º 30/2018, de Recomendação ao Governo que suspenda as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos no deep-offshore da bacia do Alentejo, ao largo de Aljezur, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações de impacto ambiental e noutras atividades económicas; 2 - Exigir do Governo o cumprimento desta Resolução, envolvendo a participação das populações, autarquias locais, associações e outras entidades da região algarvia envolvidas; 3 - Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo, AMAL, autarquias locais do Algarve e comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) congratulou-se com a Moção apresentada, tendo acrescentando que tudo deve ser feito no sentido de salvaguardar o ambiente.-----



-----O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que uma das primeiras pessoas a mostrar o seu desagrado com a hipótese de exploração de petróleo no Algarve, tinha sido o Deputado Mendes Bota.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 33/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No dia 1 de Maio de 1886, milhares de operários da cidade de Chicago, nos EUA, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinaram que em 1889 o Congresso Internacional Operário, reunido em Paris, proclamasse o 1.º de Maio como o dia Internacional do Trabalhador. A partir dessa data, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade de direitos. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. Desde então, as lutas dos trabalhadores e das organizações sindicais têm contribuído para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores. Hoje esta luta continua necessária, no combate aos reveses civilizacionais, que com outro rosto pretendem manter a exploração dos trabalhadores, desde os altos níveis de desemprego, aos salários baixos e à precariedade, numa instabilidade permanente que compromete o futuro de todos e o desenvolvimento do País. Impõe-se a defesa do trabalho com direitos como a contratação coletiva e as 35 horas de trabalho semanal e da exigência de serviços públicos de qualidade, nomeadamente na saúde, ensino e segurança social. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida na sua sessão ordinária de 30 de abril de 2018, delibere: 1 - Saudar o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por uma vida digna e com direitos. 2 - Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do Distrito de Faro, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o PS se congratulava com a celebração do 1.º de Maio e que concordava com a Saudação a nível geral, com exceção da referência aos “altos níveis de desemprego”, uma vez que a taxa de desemprego tem vindo a diminuir.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que na opinião da CDU, o nível de desemprego continua elevado, mas aceitou retirar a palavra “altos”, para que o documento recolhesse maior aceitação.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Saudação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 34/AM/2018:**



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No dia 1 de Maio de 1886, milhares de operários da cidade de Chicago, nos EUA, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinaram que em 1889 o Congresso Internacional Operário, reunido em Paris, proclamasse o 1.º de Maio como o dia Internacional do Trabalhador. A partir dessa data, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade de direitos. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. Desde então, as lutas dos trabalhadores e das organizações sindicais têm contribuído para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores. Hoje esta luta continua necessária, no combate aos reveses civilizacionais, que com outro rosto pretendem manter a exploração dos trabalhadores, desde os níveis de desemprego, aos salários baixos e à precariedade, numa instabilidade permanente que compromete o futuro de todos e o desenvolvimento do País. Impõe-se a defesa do trabalho com direitos como a contratação coletiva e as 35 horas de trabalho semanal e da exigência de serviços públicos de qualidade, nomeadamente na saúde, ensino e segurança social. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida na sua sessão ordinária de 30 de abril de 2018, delibere: 1 - Saudar o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por uma vida digna e com direitos. 2 - Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do Distrito de Faro, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “ENQUADRAMENTO - A desertificação populacional, também denominada êxodo rural, é frequentemente definida como o fenómeno de abandono dos habitantes das áreas rurais para os centros urbanos. As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas, em Portugal, demonstram que dois terços do território nacional – municípios do Interior do País – estão ameaçados de despovoamento, acompanhados dos seus inevitáveis corolários (Cfr. Relatório “Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial”, setembro, 2014): - desertificação física provocada pelo abandono das terras e das atividades produtivas; - declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica – demográfica, social, económica; - acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo; - rarefação de serviços públicos fundamentais; - degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida. Pelo exposto e tendo em conta que 80% da população de Portugal se concentra em apenas 20% do total do espaço territorial, sendo o litoral a zona de principal concentração, afigura-se necessária a



implementação de medidas que fomentem a alteração do paradigma atual, invertendo, assim, o natural percurso da evolução da sociedade (Cfr. http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_sem_cerimonia/o-interior-tambem-e-portugal=f889639). Intrinsecamente associado a este tema – desertificação – está a dificuldade da procura de um imóvel por parte dos jovens no interior das localidades, em Portugal. A este propósito, relembramos que no passado dia 27 de fevereiro, foi divulgado, em Lisboa, o Relatório da Cáritas Europa, denominado “Os jovens na Europa precisam de um Futuro”. Este Relatório refere, entre outras conclusões que “a maioria dos jovens em Portugal não consegue arrendar ou comprar casa devido aos empregos precários e a um mercado de habitação com preços muito elevados.”

DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS - De acordo com informações recolhidas (A JSD/Algarve através da realização do FORMAR JOVENS AUTARCAS ALGARVIOS recolheu uma série de testemunhos, junto dos seus autarcas e jovens, referentes a esta matéria), ao longo do presente mandato, pela JSD/Algarve, são vários os motivos que dificultam a procura de um imóvel no interior – seja para adquirir, seja para arrendar -, nomeadamente: 1 - Impedimento de construção de casas pelos Planos Diretor Municipal; 2 - Desinteresse de venda de imóveis abandonados por parte dos proprietários; 3 - Venda a preços exorbitantes de imóveis abandonados; 4 - Falta de meios económicos, por parte dos jovens, para reabilitar imóveis abandonados; 5 - Elevado valor das rendas face ao rendimento médio mensal auferido. Estas dificuldades explicam, assim, alguns dos motivos que levam à desertificação do interior da região do Algarve e à dificuldade dos jovens casais se fixarem no Algarve. Todas as dificuldades acima expostas são, cremos, sentidas pelo interior do País. Não se tratando, assim, de um cenário exclusivo da região do Algarve.

APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS - Perante as dificuldades sentidas, entendemos, pois, ser razoável trazer ao debate público e, principalmente, político, a apresentação de um rol de medidas que invistam na fixação dos jovens, de forma sustentada, fora do centro das cidades. Para o efeito, Grupo Municipal do Partido Social Democrata, propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, na sua reunião de abril de 2018, delibere: 1 - **REABILITAR PARA ARRENDAR**: Criação de uma rede local de oferta jovem para proprietários de imóveis abandonados no interior. De forma sucinta, explicamos o funcionamento da rede local de oferta jovem: Os proprietários de imóveis abandonados (sejam eles entidades públicas ou privadas, coletivas ou singulares) colocam os seus imóveis numa rede partilhada com os jovens, até aos 35 anos, que pretendem arrendar um imóvel. Esta rede será gerida pelas Autarquias Locais – Juntas de Freguesia ou Câmara Municipal. Os proprietários ao disponibilizarem os seus imóveis na rede terão, como contrapartida, apoios que fomentem a reabilitação (Significado Reabilitação: processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objetivo de melhorar as condições de uso, conservando o seu carácter fundamental) dos imóveis, através de incentivos ao nível fiscal e financeiro, nomeadamente: a) Apoio ao financiamento



Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

com empréstimo a 30 anos; b) Não tributação dos rendimentos prediais decorrentes do arrendamento no 1.º ano; c) Tributação dos rendimentos prediais, após o primeiro ano de isenção, a uma taxa efetiva de 5%, independentemente da área em que os imóveis se encontrem. d) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a uma taxa reduzida de 6% nas empreitadas de reabilitação, independentemente da área em que os imóveis se encontrem. 2 - ADQUIRIR PARA RENTABILIZAR: Venda de lotes com a condição de arrendar nos primeiros 5 anos. Nos primeiros 5 anos, após a aquisição do imóvel, o proprietário (entidade pública ou privada, coletiva e singular) não poderá revender, tendo, no entanto, a obrigação de arrendar a jovens até aos 35 anos. Ao concordar com esta limitação à sua autonomia privada – aquisição de imóvel destinado ao arrendamento nos primeiros 5 anos, o proprietário do imóvel obterá os seguintes benefícios fiscais: a) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que, nos primeiros 5 anos a contar da data de aquisição do imóvel, arrende o imóvel a jovens até aos 35 anos; b) tributação dos rendimentos prediais, durante os 5 anos, a uma taxa efetiva de 10%. Ora, de acordo com a lei em vigor, o arrendatário tem direito de preferência na venda do imóvel que arrende há mais de 3 anos. Pelo que, ao fim dos 5 anos, o proprietário do imóvel que pretenda vender o imóvel terá, obrigatoriamente, de dar prévio conhecimento do projeto de negócio existente ao jovem que arrendou o imóvel, para que este possa, se assim o entender, exercer o seu direito de preferência. 3 - VIVER O FUTURO NO PRESENTE: Discriminação fiscal positiva para jovens, até aos 35 anos, na aquisição de imóvel. Este pacote de benefícios fiscais “VIVER O FUTURO NO PRESENTE” para os jovens, até aos 35 anos, no momento de aquisição de imóvel localizado no interior, inclui o seguinte: a) Isenção do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) nos primeiros 3 anos; b) Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que adquira habitação própria e permanente. As propostas acima expostas são, cremos, necessárias e possibilitam a aquisição de meios que permitam o combate de um dos maiores desafios sentidos por Portugal, sentidos pelos jovens: o desequilíbrio entre o litoral e interior que fomenta a dificuldade de fixação dos jovens no interior, tendo como consequência a desertificação populacional. O sucesso do interior passa, acreditamos, pela criatividade com que se aproveitam os edifícios devolutos (públicos ou privados). O combate à desertificação, contudo, sabemos, não se pode bastar pela aplicação de medidas relacionadas com reabilitações, arrendamentos, benefícios fiscais e financeiros. No entanto, estas são medidas válidas, que merecem a recolha de todos os esforços para que sejam implementadas nos municípios do interior, dentro dos limites da razoabilidade. Esta moção move-nos, pois, no sentido de implementar possíveis soluções de combate às dificuldades sentidas pelos nossos jovens na sua fixação no interior do País. Devolvamos aos nossos jovens a esperança no futuro. Urgimos a todos que se movam connosco neste sentido.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) considerou o documento apresentado como extemporâneo, uma vez que foram aprovadas uma série de propostas legislativa, para apreciação da Assembleia da República, sobre o assunto, pelo que anunciou o



voto contra do Grupo Municipal LCF na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, dado considerarem ser melhor esperar pelas iniciativas legislativas nacionais.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse concordar com os considerandos da Moção, mas as propostas da mesma são clássicas e não são da competência das autarquias. Referiu que está a ser desenvolvido trabalho a nível nacional relativamente à habitação, sendo igualmente este assunto um desafio do PS de Lagos. Disse que este assunto merece um debate mais profundo, pelo que propôs a apreciação do assunto na Comissão, própria, da Assembleia Municipal. Anunciou o voto contra do PS na Moção.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que tem que ser feita uma análise profunda relativamente ao tema habitação.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que o problemas da habitação para jovens é de cariz nacional, sendo Lagos, igualmente, afetado por tal problema. Congratulou-se pelo facto do Grupo Municipal do PSD ter apresentado uma Moção sobre o assunto, com propostas reais, quer a nível nacional como a nível municipal. Constatando o facto do PS estar contra as propostas do PSD, desafiou o PS a trazer propostas executáveis, sobre habitação, para jovens, à Assembleia Municipal. Terminou dizendo que o PSD muito se preocupa com os jovens.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) congratulou o PSD pelas propostas apresentadas na Moção. Disse concordar com o facto de que algumas das propostas não serem da competência da autarquia e com a necessidade de ser feita uma reflexão profunda sobre o assunto. Terminou perguntando ao PSD, no caso de ser aprovada a Moção, em que zona do Concelho seriam implementadas as medidas constantes no documento.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o diagnóstico apresentado nos considerandos da Moção está muito bem feito, mas era preciso não esquecer quem tinha sido o progenitor desta situação, sendo que os problemas foram agravados aquando da vigência do Governo PSD/CDS.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS não se revia na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Referiu que o programa eleitoral apresentado pelo PS Lagos nas últimas eleições autárquicas menciona a questão da habitação e as preocupações do PS Lagos com o assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que parece que o PS comunga das preocupações que o PSD manifesta na Moção apresentada, relativamente à habitação, mas como é um documento apresentado pelo PSD, vota contra. Referindo-se ao Grupo Municipal LCF disse que o facto de o assunto estar a ser trabalho a nível nacional, não quer dizer que o mesmo não seja discutido a nível local. Disse ter estranhado a perplexidade do BE, e que não devia esquecer-se que quem levou o País à falência não tinha sido o PSD.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	-	0	0	0	2
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	1	1	1	3
VOTOS CONTRA	15	0	2	-	1	0	0	18

-----**DELIBERAÇÃO N.º 35/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU: “A situação do País, em termos de arrendamento urbano, é estar em vigor a Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto, concebida pelo Governo PSD/CDS e pela maioria parlamentar que o suportava. Esta Lei feita, de facto, para servir os interesses dos senhorios e a atividade especulativa do capital financeiro no mercado imobiliário, constitui um fator de instabilidade social, com o avolumar das dificuldades de centenas de milhares de famílias e, particularmente em relação ao tema agora em causa, aos jovens na procura de habitação. Na prática nunca foi uma lei para a promoção do arrendamento urbano (não há registo de os contratos de arrendamento terem aumentado), mas sim uma lei de despejos, devido à introdução de mecanismos vários para facilitar o despejo, como a criação do Balcão Nacional do Arrendamento, que verdadeiramente só trata de despejos de uma forma administrativa e cega. É uma verdadeira Lei dos Despejos, da qual resulta a negação do direito à habitação, o despejo sumário de milhares e milhares de famílias das suas habitações, o despejo de centenas de coletividades e o encerramento de inúmeras micro, pequenas e médias empresas, estabelecimentos dos mais diversos sectores, do comércio e serviços à restauração, da indústria à hotelaria. A liberalização dos valores de renda permitida por esta Lei, levou a brutais aumentos e, a par disto, o desenvolvimento desordenado e não planeado da atividade turística tem efeitos negativos na oferta de imóveis para habitação própria e permanente e os que existem têm preços proibitivos para a esmagadora maioria dos portugueses e particularmente dos jovens. Os responsáveis e autores da política que conduziu a estes resultados lastimáveis e prejudiciais especialmente para os jovens, procuram jogar com a memória curta do Povo Português para apagar as suas responsabilidades no tema da habitação, e apresentam-se agora com uma proposta ineficaz para resolver este problema dos jovens, pelo que votei contra a proposta apresentada.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 30 de abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º 1502/XIII/3.ª da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação. Com a aprovação da referida Resolução parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao Governo: 1 - Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) para os Programas Operacionais das regiões



desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se relevando o mérito dos Projetos; 2 - Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objeto de reprogramação sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos. 3 - Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objeto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside à sua aplicação. A presente Moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD trata-se de replicar uma aprovação da Assembleia da República, pelo que o mesmo não faz sentido, pelo que anunciou o voto contra do Grupos Municipal do PS, na Moção em apreciação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento começa por ser uma saudação e depois termina como moção, pelo que não sabia o que ia ser votado. Referiu que na Assembleia da República, o PCP tinha votado a favor de um Ponto, tinha-se absterido num outro e votado contra um outro, mas na Assembleia Municipal ia abster-se relativamente aos três Pontos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	-	0	0	0	2
ABSTENÇÕES	0	0	2	-	2	1	1	6
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	0	0	0	15

----- **DELIBERAÇÃO N.º 36/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD votou a favor porque acredita que em primeiro lugar está o interesse do País e por isso, mesmo sabendo que o Governo foi obra de uma golpada, legal, mas uma golpada imoral, o PSD põe os interesses do País em primeiro e é capaz de consensos e por isso o assunto na Assembleia da República tinha sido aprovado.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “No âmbito do programa Polis, a Câmara Municipal de Lagos investiu mais de 5 milhões de euros na requalificação da Frente Ribeirinha, Anel Verde e Núcleo Primitiva. Foi efetuada a substituição de equipamentos de recolha de águas pluviais (vulgo sarjetas), separação de águas pluviais dos efluentes domésticos em algumas zonas do Núcleo Primitivo do Centro



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Histórico da Cidade tendo em seguido e de acordo com o mesmo Programa procedido ao calcetamento da maior parte das ruas deste Núcleo com Calçada Portuguesa branca e negra diferenciando as zonas de passagem automóvel e as zonas pedonais com pedras de diferentes calibres. Estes arranjos terão de certeza sido alvo de estudos de enquadramento Arquitetónico e Paisagístico tendo em consideração o valor histórico e cultural desta zona da Cidade e o traçado e a escolha da colocação das pedras terá obedecido de certeza a um estudo sério e competente por técnicos qualificados que dirigiram a obra para que no final o resultado estético e funcional estivesse de acordo com o planeado, respeitasse o investimento efetuado e cumprisse o fim a que se destinava. Temos assistido nos últimos tempos, a um completo adular das ruas General Alberto da Silveira, do Jardim, Miguel Bombarda, Dr. Júlio Dantas ou outras que lhes sejam próximas, dessa traça, desse desenho, desse conjunto estético, pois os serviços da Câmara têm tratado de reparar ou substituir as pedras que, entretanto, se vão soltando da calçada por pedaços de alcatrão negro. Sem querermos pedir aqui explicações acerca das razões para que tal esteja a acontecer, até porque a nosso ver tal situação não tem explicação possível, o Grupo Municipal do PSD vem requerer que: - tal prática seja interrompida imediatamente sendo a calçada reparada ou substituída por pedras iguais quando estiver danificada ou a necessitar de intervenção; - que logo que possível os serviços revertam a situação, ou seja, nos locais onde foi colocado o alcatrão que o mesmo seja retirado e a pedra da cor pré existente volte a ser lá colocada.”-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que apesar de tudo, o Grupo Municipal do PS era a favor da Moção apresentada. Lamentando a situação referida no documento, disse que a falta de pessoal, por vezes, leva a situações como as referidas. Terminou dizendo que logo que seja possível, será reposta a situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento apresentado pelo PSD não era para ser votado, uma vez que o mesmo era um Requerimento.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que independentemente do documento ser votado ou não, a situação referida no mesmo, é para ser reposta logo que possível.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, é uma Moção que requer que a situação referida seja resolvida.---

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que fazia todo o sentido a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal LCF na Moção.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que as intervenções sobre o assunto agradaram-lhe, uma vez que foram colocados os interesses gerais à frente dos interesses partidários, pelo que congratulou todos pelas intervenções. Terminou a questionar quem poderá dar orientações a um funcionário no sentido de ser colocado alcatrão no lugar de pedras de calçada.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a responsabilidade será ou do Presidente da Junta de Freguesia ou



da Presidente da Câmara Municipal, no entanto, neste caso em particular sabe que nem um nem outro deram instruções no sentido de colocar alcatrão no lugar das pedras de calçada. Referiu que possivelmente esta situação tratou-se de um recurso para que não avançasse mais a falta de pedras de calçada.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o PS manifesta muito agrado com a preocupação do PSD nos pormenores, assim como manifesta o agrado pelas grandes intervenções que a Câmara está a realizar no Concelho.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF), na sequência da alusão ao alcatrão, lembrou que a zona do Centro Cultural, necessita de intervenção e de colocação de alcatrão em muitos dos buracos lá existentes.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 37/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A 11 de março de 2016, o Ministro da Saúde, no ato de tomada de Posse do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve afirmava que “O Algarve não entrará no Verão com estrangulamentos intoleráveis”. Tal frase firmou um compromisso - bem acolhido pelos algarvios - no sentido de serem tomadas medidas com vista a solucionar estrangulamentos crónicos que a região enfrenta neste domínio. Todavia, dois anos volvidos, a situação deteriorou-se, tal como os principais indicadores apontam: - Os tempos médios de espera são um impedimento no acesso à saúde, por exemplo: - 856 dias de espera para uma consulta da especialidade de Urologia, no Hospital de Portimão; - 653 dias de espera para uma consulta da especialidade de Estomatologia, no Hospital de Faro; - 560 dias de espera para uma consulta da especialidade de Neurocirurgia, no Hospital de Faro; - 489 dias de espera para uma consulta da especialidade de Urologia, no Hospital de Faro; - 438 dias de espera para uma consulta da especialidade de Reumatologia, no Hospital de Portimão; - 417 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ginecologia – Apoio à Fertilidade, no Hospital de Faro; - 388 dias de espera para uma consulta da especialidade de Gastroenterologia, no Hospital de Portimão; - 362 dias de espera para uma consulta da especialidade de Dermato-Venereologia, no Hospital de Faro; - 292 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ginecologia, no Hospital de Faro; - 262 dias de espera para uma consulta da especialidade de Oftalmologia, no Hospital de Portimão; - 255 dias de espera para uma consulta da especialidade de Reumatologia, no Hospital de Faro; - 231 dias de espera para uma consulta da especialidade de Otorrinolaringologia, no Hospital de Faro. - Muitos dos principais indicadores da atividade assistencial do CHUA continuam em quebra em comparação com anos anteriores. Registam-se menos primeiras consultas, menos consultas subsequentes, menos consultas totais, menos atendimentos de urgência e menos cirurgias urgentes; - Os serviços de urgência básica da região - Vila Real de Santo António, Lagos, Loulé e Albufeira - têm pior resposta, em razão das escalas incompletas de médicos, facto que conduz a que os utentes sejam desviados para os



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

hospitais; - O Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul tem 70% das camas encerradas e regista uma duplicação da lista de espera por comparação ao ano anterior, factos que representam perdas muito significativas na oferta assistencial de uma instituição de ponta que representa a última esperança para muitos utentes e respetivas famílias; - Os doentes internados nos serviços de urgência dos hospitais do Algarve passaram de 8 em média por dia, em 2016, para 26 em 2018, muitas vezes, tal qual foi denunciado, sem um tratamento digno e condições de assistência mínimas durante dias a fio. Os doentes internados em macas voltaram a ser regra e não exceção. Tem sido assumido pela Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Sindicato Independente dos Médicos, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, entre outros, que o acesso à saúde na região se encontra em declínio. O facto de se irem construir quatro novos hospitais no País, e o novo Hospital Central do Algarve ter ficado de fora quando era por despacho a segunda prioridade a nível nacional, é um exemplo da gritante omissão do Governo em relação aos algarvios. Perante o exposto, em defesa da nossa população, e em seu nome, a Assembleia Municipal de Lagos delibera aprovar o seguinte: 1 - Exigir ao Governo que adote as medidas adequadas para contrariar esta tendência de elevar o nível de resposta do SNS, o qual é muito insatisfatório e não regista evidências que venha a melhorar perante a inação dos poderes públicos. 2 - Solicitar ao Governo a contratação dos recursos humanos suficientes de modo a repor a oferta assistencial do SNS na região e em cada um dos seus Concelhos; 3 - Exigir ao Governo que cumpra os estudos das prioridades de novos hospitais em Portugal, respeitando a hierarquia e, desse modo, lançando os procedimentos tendentes à concretização de um novo Hospital Central do Algarve.”-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) referiu a estranheza, por parte do PS, relativamente à referência feita pelo PSD sobre o “declínio da saúde”, parecendo estar-se, com tal afirmação, numa situação catastrófica. Disse que tal declínio se verificou aquando da vigência do Governo PSD/CDS, verificando-se uma fuga de médicos do sistema público para o privado. Referiu que desde a entrada em funções do atual Governo PS, no Algarve, verificou-se um aumento de 193 médicos, 119 enfermeiros, 315 profissionais de outras áreas relacionadas com a saúde, etc., assim como foram abertas Unidades de Saúde Familiar e está prevista a abertura de mais. Disse que as coisas estavam mesmo muito mal, a nível de saúde no Algarve, mas têm vindo a melhorar pouco a pouco.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) mostrou espanto pela preocupação manifestada pelo Grupo Municipal do PSD, no entanto o que está expresso no documento é a realidade.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou ao Grupo Municipal do PS, se os números que tinham sido mencionados diziam respeito só ao setor público ou a todo o setor da saúde no Algarve, público e privado. Referiu que o Governo PSD/CDS pode ter investido pouco na saúde, mas tudo o que investiu pagou, ao contrário do que se verifica atualmente. Disse que a construção do Hospital Central do Algarve era a segunda prioridade, a nível nacional, pelo que não percebe o porquê do PS ter retirado este hospital da lista de construção de hospitais no País. Terminou dizendo



que não é só o PSD que deteta o declínio da saúde no Algarve, uma vez que esta é a opinião, igualmente, da Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros e sindicatos e que não interessa haver verbas em Orçamento de Estado para a Saúde e depois as mesmas não serem transferidas ou quando são dadas instruções para não serem feitos pagamentos.

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que quem deixou a saúde em mau estado tinha sido o PSD/CDS, enquanto Governo. Referiu que os números referidos, referem-se ao Serviço Nacional de Saúde.

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	1	-	0	1	1	5
ABSTENÇÕES	0	0	1	-	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	2	0	0	17

-----**DELIBERAÇÃO N.º 38/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “O meu voto foi a favor, por aquilo que disse na minha intervenção durante a apreciação da Moção. É verdade que aquilo que o PSD diz aqui nesta Moção, ainda continua por ser feito, apesar de reconhecer que neste momento há avanços positivos na saúde, no Algarve.”

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Durante o governo PSD/CDS, a política de saúde foi um deliberado ataque e degradação do Serviço Nacional de Saúde, com encerramento de serviços de proximidade, racionamento de meios, alargamento e aumento das taxas moderadoras, diminuição dos apoios ao transporte de doentes não urgentes, dificuldades no acesso aos medicamentos, gradual transferência dos cuidados de saúde para os grandes grupos privados do sector, mais de um milhão de portugueses sem médico de família, etc, etc.. A opção política, ideológica e programática desse Governo foi a criação de um sistema de saúde a duas velocidades: um serviço público desqualificado e degradado para os mais pobres, centrado num conjunto mínimo de cuidados de saúde, e um outro, centrado nos seguros privados de saúde e cuidados por unidades de saúde privadas, para os cidadãos mais favorecidos. Só a luta das populações e a competência e empenho da grande maioria dos profissionais de saúde é que travou a plena concretização da destruição desta conquista da Revolução de Abril: o direito à proteção da saúde através de um Serviço Nacional de Saúde Universal e Gratuito. Os hospitais de Faro, Portimão e Lagos passaram a ter carência de recursos humanos e, em particular, de médicos. Na Ginecologia/Obstetrícia os médicos não eram suficientes para assegurar todos os turnos, em particular à noite e durante os fins de semana e feriados, pelo que os hospitais recorriam a médicos através de empresas prestadoras de serviços. Na Anestesiologia, o Hospital de Faro dispunha



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

apenas de 15 profissionais, quando seriam necessários 29. Na Oftalmologia, os médicos disponíveis eram insuficientes. Em Medicina Interna, o Hospital de Faro necessitava de duplicar o número de profissionais. Na Cirurgia Geral, os hospitais de Faro e Portimão não dispunham de profissionais suficientes para a urgência externa e interna, aos internamentos, à consulta externa e às cirurgias. Em Ortopedia estavam 11 profissionais, quando seriam necessários 24. Na Pediatria, o Hospital de Portimão dispunha de 5 pediatras, dos quais 3, atendendo à idade, não se encontravam obrigados ao serviço de urgência. Em Psiquiatria, os hospitais do Algarve apenas dispunham de 12 médicos, quando seriam necessários 19. Nas restantes carreiras da saúde e carreiras gerais era grande a carência de profissionais e registavam-se dificuldades na substituição dos profissionais que se aposentavam. O governo era totalmente incapaz de assegurar a colocação de um número suficiente de profissionais, pelo que as necessidades de contratação no Hospital de Faro e no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio eram de, pelo menos, 183 médicos, 126 enfermeiros, 8 técnicos superiores, 8 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 42 assistentes técnicos e 114 assistentes operacionais. Em finais de 2012, o Hospital de Faro registou, uma quebra homóloga de 10,6% nas consultas e 21,0% nas cirurgias, enquanto no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio a quebra foi de 5,5% nas consultas e 7,0% nas cirurgias. Nas consultas externas, o Hospital de Faro registou quebras de 39,6% na Dermatologia, 31,9% na Hematologia Clínica, 26,5% na Ortopedia, 23,5% na Senologia, 22,4% na Oftalmologia e 16,8% na Cirurgia Geral, enquanto no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio as quebras foram de 43,8% na Senologia, 39,8% na Cardiologia, 17,4% na Otorrinolaringologia, 15,7% na Ortopedia, 12,2% na Cirurgia Geral e 9,8% na Oftalmologia. Na cirurgia, o Hospital de Faro registou uma quebra de 35,7% na cirurgia ambulatória, 18,8% na cirurgia urgente e 7,6% na cirurgia programada convencional, enquanto no Hospital de Portimão as quebras foram de 14,6% na cirurgia ambulatória e 8,4% na cirurgia urgente. Por especialidades, na cirurgia ambulatória no Hospital de Faro registaram-se quebras de 73,6% na Dermatologia, 53,0% na Oftalmologia e 46,4% na Ortopedia, e no Hospital de Portimão as quebras foram de 62,4% na Ginecologia, 61,3% na Ortopedia e 10,3% na Oftalmologia. O argumento recorrentemente utilizado pelo Governo PSD/CDS era o da “sustentabilidade económico-financeira”. Mas se existe uma situação económica e financeira desfavorável nos hospitais algarvios, esta deve-se principalmente aos sucessivos anos de elevado subfinanciamento crónico das unidades hospitalares e à política de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde. Os responsáveis e autores da política que conduziu a estes resultados lastimáveis e prejudiciais para a grande maioria da população, procuram jogar com a memória curta do Povo Português para apagar as suas responsabilidades na degradação do Serviço Nacional de Saúde e favorecimento dos negócios privados e apresentam-se agora com uma proposta que visa a reposição desta sua política, pelo que os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “Considerando: - Que a Feira Arte Doce



atrai a Lagos milhares de visitantes na altura das férias de Verão para degustarem os afamados doces tradicionais algarvios, que Lagos promove já há mais de 30 anos sempre com bastante sucesso. Como é do conhecimento geral, há vários anos que esta Feira Concurso Arte Doce, mantém as mesmas características com prémios para: - Tema livre; - Tema obrigatório; - Qualidade na tradição, onde se premeia o melhor doce fino, doce de figo, morgado e d. rodrigo; - Prémio escolha do público. Vem o Grupo Municipal PAN, propor à câmara municipal a criação de um prémio para o melhor DOCE VEGANO original com os ingredientes regionais. Considerando: - Que é do conhecimento geral, os veganos não ingerem produtos de origem animal, o que se torna menos fácil adquirirem produtos nesta feira, porque quase todos são confeccionados com algum ingrediente de origem animal. Considerando: - Que na altura de adquirir estes produtos, surge sempre a pergunta colocada à doceira: quais são os ingredientes deste doce? Por vezes a simpatia é grande e a resposta é dada com veracidade, mas nem sempre acontece. Por desconfiança de querer saber a receita. As perguntas são feitas apenas por uma questão de não querer produtos de origem animal. Considerando: - Que se houver a indicação prévia de produto VEGANO, as questões não se colocam. E é mais agradável e confiável para quem compra e quem vende. Considerando: - Que todos os Veganos têm direito adquirir produtos livres de ingredientes de origem animal. Propõe o Grupo Municipal PAN, que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos, a introdução no evento, Arte Doce, o concurso “MELHOR DOCE VEGANO DE LAGOS”. Será também uma inovação de acordo com o gosto de um nicho de mercado que está em expansão. Propomos igualmente que se contactem comerciantes locais com tasquinhas de alimentação vegetariana e ou vegana. Propõe o Grupo Municipal PAN que se dê conhecimento do teor deste documento à comunicação social.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	2	-	2	1	1	8
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	0	0	0	15

----- **DELIBERAÇÃO N.º 39/AM/2018:**

----- **Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

----- Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Paulo Toste (PS): “O PS votou contra, tendo em consideração que a Arte Doce é uma feira de tradições por isso mesmo não vê o porquê de se instituir um prémio do doce vegano.”-----

----- Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “Considerando: - Que sazonalmente, chegam ao Concelho de Lagos, nómadas que trazem consigo animais sem abrigo, equinos e canídeos, em visível estado de negligência, magros e feridos. Considerando: - Que estes animais são obrigados a esforços excessivos, o que faz



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

com que muitos acabem por morrer em sofrimento. - Que as autoridades deveriam fiscalizar de forma periódica e regular, o estado de legalização dos animais - documentos, microchip, controlo médico veterinário. - Que os atrelados que os animais puxam nunca são objeto de controlo pelas autoridades, se cumprem as regras de segurança para circular na via pública sem seguro. Para inverter esta situação, o PAN Lagos, propõe a esta Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos, alterações ao regulamento existente “Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público do Município de Lagos” para que as autoridades policiais possam agir de forma a garantir o cumprimento de todos os requisitos referentes ao bem-estar animal e à segurança de automobilistas e peões. Para que no futuro qualquer cidadão possa denunciar às autoridades policiais, violações às normas do Regulamento, e estas por sua vez, GNR e PSP, devem ter legitimidade para atuar no sentido do cumprimento do mesmo, em qualquer circunstância, e a qualquer hora do dia ou da noite, sem necessitarem do aval do Veterinário Municipal. Considerando: - Que se preveem altas temperaturas para o Verão que se aproxima, o PAN Lagos aproveita ainda para propor à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara no sentido de que sejam colocados em pontos estratégicos do Concelho, bebedouros municipais, pois estes animais, canídeos e equídeos, apresentam normalmente, visível estado de desidratação. Disponibiliza-se o PAN a colaborar com a Câmara Municipal de Lagos, e contribuir nas alterações ao referido regulamento para que estes animais vivam com a dignidade que merecem e em segurança. Propõe o Grupo Municipal PAN, que se dê conhecimento do teor deste documento à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	2	-	2	1	1	8
ABSTENÇÕES	0	0	0	-	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 40/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Clara Rato (PS): “O PS votou contra porque a maior parte das propostas que o PAN apresenta não são da responsabilidade, sequer, do Regulamento Municipal, tem a ver com as autoridades, nomeadamente no que diz respeito aos chips e aos canídeos e aos equídeos e então de facto têm a haver com outras autoridades que têm que fiscalizar todas estas questões, inclusivamente a segurança neste tipo de veículos.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Margarida Maurício (PAN): “O PAN votou a favor porque antes das eleições o PAN esteve com o Chefe da PSP de Lagos e com o Comissário de Faro, colocamos a questão e o que nos disseram foi que a polícia, quando é chamada, não tem base legal para atuar, nomeadamente em



situações quando as carroças andam pelas estradas com animais mal tratados, com feridas e com excesso de pessoas e portanto eles não têm base legal para atuar, e a base legal que eles poderão vir a ter, uma vez que não existe na nossa lei, por enquanto, seria o Regulamento Municipal prever estas situações. Só assim é que eles poderão atuar, daí o PAN apresentar esta Proposta de alteração do Regulamento que existe. Os animais que vêm, nós estamos a aproximar-nos do Verão, que vai ser muito quente este ano, estes animais apresentam indícios de desidratação e portanto seria bom que o Município se lembrasse, não só das pessoas, não só destes animais mas, em conjunto, porque estas pessoas não têm água, estas pessoas não têm casa e precisam de água, ou seja, a Câmara poderá, eventualmente, ter espaços onde possam dar/fornecer água a estas pessoas e a estes animais, porque água não se nega a ninguém, é um bem público e portanto nós deveremos, em vez de escorraçar estas pessoas, devemos chamá-los a nós para que no futuro estas situações não voltem a acontecer de abandonos de animais, de animais mal tratados por este Concelho fora.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “Votei a favor porque aquilo que eu interpretei nesta proposta não tem nada a ver com chips, nem vacinas. O que é pedido é uma alteração precisamente ao Regulamento. Gostaria de salientar a questão dos bebedouros municipais como bastante interessantes, nesta proposta.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) deu os parabéns à Câmara Municipal pela maneira como organizou a deslocação a Alcácer Quibir, em Marrocos, por parte de uma comitiva que representou o Município, no âmbito da geminação com aquela localidade marroquina. Disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vereadora Sara Coelho trataram todos de uma forma muito cordial. Terminou lembrando que a Moção sobre a saúde, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, reprovada pela Assembleia Municipal, na Câmara Municipal tinha sido aprovada por unanimidade.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) corroborou das palavras do Sr. Rui Araújo em relação à deslocação da comitiva lacobrigense a Alcácer Quibir.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), relativamente à iniciativa da Assembleia Municipal sobre a realização do Seminário sobre o “Futuro da Ponta da Piedade”, realizado no sábado anterior à presente reunião da Assembleia Municipal, da iniciativa, deu os parabéns sobre a maneira como foi organizado e como decorreu o evento, sendo mesmo um bom exemplo do que se pode fazer no futuro, sobre outros assuntos.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 41 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 59 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2018:**



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-602-31.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) solicitou mais informação relativamente a ações desenvolvidas no âmbito do projeto para a dinamização do empreendedorismo no Concelho de Lagos.-----

-----A Sra. Manuela Duarte (PS) começou por dirigir uma palavra de apreço ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos (CPCJ), ao longo de todo o ano, e em especial no mês de abril, o qual é dedicado à prevenção de maus tratos. Deu os parabéns à autarquia pelo trabalho desenvolvido no âmbito do desporto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o relatório da CPCJ, em algumas Assembleias Municipais é colocado na Ordem do Dia para apreciação do mesmo, situação que nunca foi seguida pela Assembleia municipal de Lagos, pelo que chamou à atenção da Mesa para o facto. Referindo-se à obra da nova entrada principal da Escola Júlio Dantas, perguntou qual a data prevista para a conclusão da mesma. Perguntou se já tinha sido feita a escritura da permuta do Bloco C da referida escola, com o terreno em que está a ser feita a obra para a entrada na escola. Sobre as obras do Museu Municipal, disse que numa anterior Informação da Sra. Presidente, foi dada a informação relativamente ao aluguer de monoblocos para guardar o espólio do Museu, só que tem conhecimento que os mesmos não chegaram a ser utilizados, tendo o espólio do Museu sido colocado em diversos locais, pelo que perguntou sobre o motivo pelo qual não foram utilizados os monoblocos. Ainda sobre as obras de ampliação do Museu Municipal, perguntou se ia ser utilizado o quintalão que pertence ao edifício da antiga esquadra da PSP. Solicitou um ponto de situação relativamente à obra da estrada para a Praia da Luz. Dado estarem previstas intervenções em diversas ruas na zona entre a Igreja de S. Sebastião e a Rua do Jogo da Bola, perguntou que tipo de piso estava previsto colocar nas rua a interencionar.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) sobre a recolha de verdes, perguntou que tempo decorre entre o pedido e a recolha efetiva dos verdes, por parte dos Serviços da Câmara Municipal. Perguntou qual a previsão para construção dos passeios de acesso à praia da Luz, uma vez que os mesmos apenas estão delineados, em terra batida e com muitos arbustos. Deu os parabéns à Câmara Municipal pelo calendário desportivo e cultural apresentado.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) começou por dar os parabéns à Sra. Presidente da Câmara Municipal pela forma como é apresentado o documento. Destacou iniciativas como o Viva o Mercado, workshop sobre alterações climáticas e o



aumento do interesse pelo turismo de natureza, por parte daqueles que visitam o Concelho. Solicitou mais informações sobre a implementação da Polícia Municipal. Sobre subsídios atribuídos pela Câmara Municipal às associações, perguntou como estas se candidatam aos mesmos e quais são os critérios de atribuição. Disse ter estranhado a ausência, na Informação, do mapa referente às perdas de água.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) salientou o facto de várias ruas, dentro da cidade, necessitarem de reparação do pavimento, tendo destacado a Rua da Barreira. Solicitou informação relativamente ao reforço da segurança para o Concelho, durante a época alta. Sobre obras a realizar na Biblioteca Municipal, solicitou informação relacionada com as mesmas.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal tem no seu Gabinete de Estudos Estratégicos, um técnico superior, que trabalha diretamente com o empreendedorismo, sendo que foi deste Gabinete que partiu a proposta no sentido da Câmara alargar os serviços do Espaço Cidadão às empresas. Sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, disse que o mesmo é muito reservado, mas é um trabalho excelente na proteção dos jovens e crianças. Sobre as obras da nova entrada para a escola Júlio Dantas disse que as mesmas estão a decorrer, estando previsto estar tudo concluído no final do mês de maio. Relativamente ao bloco C disse que o mesmo inicialmente seria para construir a sede da Filarmónica 1.º de Maio, mas atualmente a ideia é manter a Filarmónica na Praça D'Armas, ampliando a sede já existente com a aquisição, por parte da Câmara Municipal, do edifício situado na referida Praça, onde funcionava a Guarda Fiscal. Acrescentou que a atual área do bloco C será um bom local para a sede da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos. Sobre a questão da não utilização dos monoblocos para guardar o espólio do Museu, disse que a não utilização dos mesmos tinha a haver com a não garantia de os mesmos proporcionarem todas as condições necessárias de conservação do espólio. Relativamente ao edifício adquirido pela Câmara Municipal na rua de S. Gonçalo disse que o mesmo irá fazer parte do renovado Museu Municipal, acrescentando que o quintalão irá igualmente ser requalificado para que tenha devida utilização. Sobre a obra da estrada para a Praia da Luz, disse que o projeto da mesma irá ser apresentada em maio. Disse que a obra prevista fazer em algumas artérias da antiga Freguesia de S. Sebastião, no centro histórico, está relacionada com rede de águas, mas que o pavimento previsto colocar para finalizar a obra seria idêntico ao já colocado noutras intervenções realizadas no mesmo âmbito, noutras ruas do centro histórico e que tem tido boa receptividade por parte de todos os utilizadores. Referiu que no dia 14 de abril tinha decorrido uma iniciativa de limpeza do Concelho, a qual teve grande sucesso. Disse que o turismo de natureza é uma aposta por parte de todos os Municípios do Algarve. Sobre a Polícia Municipal, disse que a mesma faz todo o sentido criar dada à deficiência verificada a nível de fiscalização municipal, e é nesse sentido que a Câmara Municipal está a trabalhar. Relativamente ao aumento do contingente das forças de segurança, referiu que tanto a PSP como a GNR vão receber um reforço de homens para a altura da época alta. Relativamente a obras na Biblioteca Municipal, disse que estão previstas realizar,



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

mas ainda não havia data para tal.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara municipal, Luís Bandarra, sobre a recolha de restos de jardim, disse que ao longo dos anos a Câmara Municipal tem verificado alguns problemas com esta recolha, visto que a Câmara Municipal recolhe mais do que o Regulamento menciona. Ainda sobre este assunto, disse que a criação da Polícia Municipal, irá ajudar no controle da situação do não cumprimento do Regulamento por parte de alguns munícipes.-----

----- A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que estava a ser feito o levantamento topográfico do território onde vai ser implementada a segunda fase da Ponta da Piedade, que o concurso para as obras para a realocação da GNR tinha ficado deserto, estando o projeto a ser revisto, que a empreitada referente ao arranjo da fonte cibernética deverá estar concluída em meados de junho e que estavam a ser feitas obras no refeitório municipal, no Chinicato.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), agradecendo as explicações dadas, disse que não tinha sido dada resposta à sua questão relacionada com o tempo de espera para recolha de verdes. Referiu que a acumulação dos verdes tem que ser evitada, pelo que os munícipes precisam de ser esclarecidos, para evitar situações de acumulação. Insistiu na questão relacionada com os passeios de acesso à praia da Luz. Sobre a poupança de água, disse que o Grupo Municipal do PS, na última Sessão da Assembleia Municipal, tinha rejeitado uma recomendação do Grupo Municipal LCF, sobre o assunto, com a argumentação de que tudo o que constava na recomendação estava a ser desenvolvido pela Câmara Municipal, no entanto não se apercebeu de nenhuma medida concreta, por parte da Câmara Municipal, relativa ao assunto. Disse que a questão de veículos circularem, principalmente na época alta, em ruas que têm comércio com esplanadas, é desagradável e inseguro, pelo que deveria ser encontrada uma solução para esta situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que a CDU tinha requerimentos feitos à Câmara Municipal, com seis meses, sem resposta até à data. Sobre a realocação da GNR disse que, assim como o contrato tinha vindo à Assembleia Municipal, alterações ao mesmo deveriam, igualmente, passar pela Assembleia Municipal. Disse que ainda não tinha havido, no presente mandato autárquico, qualquer movimentação relativamente ao Conselho Municipal de Segurança.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, relativamente aos passeios de acesso à praia da Luz disse que é uma situação que há muito preocupa a Autarquia, estando o assunto a ser estudado uma vez que há dúvidas relativamente a terrenos públicos e privados. Sobre circulação de trânsito no centro histórico da cidade, disse que regularização do mesmo não é uma tarefa fácil, mas, no entanto, está a ser desenvolvido trabalho nesse sentido. Relativamente às campanhas relacionadas com a falta de água, disse que foi equacionada uma campanha a nível do Algarve, mas a mesma terá que ser muito bem pensada para não causar alarmismos; acrescentou que está a ser feito um trabalho conjunto entre as Águas do Algarve, a APA e as Câmaras Municipais do Algarve, no sentido de acompanhar e acautelar uma eventual situação crítica no abastecimento de água às populações e



que estão equacionadas uma série de intervenções em condutas com o objetivo de diminuir as perdas de água e gerir melhor a distribuição da mesma no Concelho.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a propriedade dos passeios de acesso à praia da Luz, não pode ser argumento para não se fazer os mesmos. Sobre a questão da água, disse que o que parece é que está tudo ainda em projeto, pelo é que da opinião de que devem ser valorizados os contributos da oposição.-----

visita a Marrocos, disse que a mesma tinha sido muito importante e que tinha corrido muito bem e tinha sido muito útil, dado que Lagos se afirma como “Lagos dos Descobrimentos”. Ainda neste âmbito realçou o trabalho do Arquiteto Frederico Paula.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Sr. Arquiteto Frederico Paula tem desenvolvido um excelente trabalho nesta ligação de Lagos com Marrocos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 3 de maio de 2018, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 20 minutos, da madrugada do dia 1 de maio de 2018, tendo declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....